



NDH
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDOS E PESQUISAS
EM DIREITOS HUMANOS



3

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL I: ENSINO FORMAL X ENSINO NÃO-FORMAL X ENSINO INFORMAL

Carga Horária: 30 horas

INTRODUÇÃO

Esta disciplina tem por objetivo trabalhar com os conceitos de educação e de patrimônio, considerando-os como suporte técnico e subsídio básico para a preparação de professores do ensino médio e fundamental e profissionais de cultura (gestores e produtores) para a realização de práticas educativas na sala de aula e nos espaços das instituições culturais, que levem a promoção do acesso aos direitos culturais.

Será debatida a importância da participação ativa de instituições culturais no âmbito do público e do privado, como local de ensino não formal: como bibliotecas, museus, arquivos, casas de memórias e outras áreas culturais, e a atuação dos professores/as, gestores culturais e das comunidades, nestes espaços de memória e de fruição do patrimônio.

O conhecimento sobre a realização de práticas educativas voltadas para o patrimônio, e sobre o envolvimento da sociedade civil organizada (diversos segmentos sociais) ou não, bem como a atuação do setor público (entidades culturais e de ensino) será uma das formas de aprofundarmos no debate sobre o tema da disciplina.

O conteúdo está organizado em três partes: a primeira discutirá os conceitos de Educação e Patrimônio e as interfaces possíveis na busca da ampliação dos Direitos Culturais; a segunda abordará o papel do ensino formal, o ensino informal e o ensino não formal, com foco no potencial pedagógico e transformador dos museus, bibliotecas,

arquivos e outras instituições culturais para a promoção dos direitos culturais; e a terceira tratará da importância do estabelecimento de forma sólida e contínua parcerias entre a sociedade civil organizada e o poder público para a elaboração e execução conjunta de projetos e ações que tenham como referencial o patrimônio cultural.

PARTE I: Educação e Patrimônio: Interfaces possíveis na busca da ampliação dos direitos culturais_8hs

Tratar de Educação e de Patrimônio é tratar de dois temas que se entrelaçam na sua concepção e que se relacionam diretamente à temática direitos culturais. O objetivo deste módulo é compreender e reconhecer a relação próxima entre estas duas áreas e como elas podem ser apropriadas pelas práticas, projetos, programas e políticas públicas na área da Cultura e da Educação. O que é claro só pode ocorrer se os sujeitos responsáveis por essas ações estiverem sensíveis e conscientes dessa relação.

Educação e Patrimônio estão intrinsecamente relacionados à cultura, pois se a educação (formal, informal ou não formal) é o processo no qual se dá a perpetuação das referências culturais de uma sociedade/comunidade/povo, é o patrimônio (apropriado, reconhecido e vivido) a síntese das relações entre educação e cultura.

São as referências patrimoniais¹ que dão sentido, que fazem existir os aspectos característicos e identitários de cada comunidade, localidade, regionalidade, ou nacionalidade, ou seja, é na vida cotidiana, no exercício diário do trabalho, na convivência com a família, nos grupos sociais que fazemos parte, que se manifestam os aspectos com os quais nos identificamos. Nesses processos de identificação ou de diferenciação estamos exercitando o direito à cultura.

Ocorre que muitos brasileiros não têm conhecimento que o exercício da cultura é um direito fundamental, sendo impedidos de se apropriar das suas referências culturais, ficando à margem daqueles que podem usufruir deste direito previsto pela Constituição

¹Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. Ed, 2006.

Federal, conforme demonstra o documento Institucionalização, estruturação e implementação do sistema Nacional de Cultura².

“O direito de acesso aos bens da cultura reivindicados já no século XIX pelo movimento operário, tem uma natureza eminentemente social e para ser exercido exige a presença ativa do Estado, como é o caso, entre outros, da universalização da educação pública. O direito à identidade cultural, por sua vez, tem um forte componente civil – “sou como desejo ser”-, mas possui também uma face política, que se torna nítida quando um grupo sociocultural reivindica ser incluído no rol dos bens do patrimônio cultural de um povo ou nação. Tem, também uma dimensão social, que se evidencia no momento em que o poder público toma a iniciativa de proteger modos de viver e de criar de minorias oprimidas, marginalizadas ou ameaçadas de extinção. Em suma, os direitos culturais tem características mistas; são simultaneamente civis, políticos, econômicos e sociais; subvertem as classificações rígidas e adquirem estatuto próprio; e necessitam, para efetivar-se, da ação compartilhada de indivíduos, comunidades, e Estado. (Institucionalização, estruturação e implementação do sistema Nacional de Cultura. p.15, 2011).

Nesse sentido a Política Nacional de Cultura realiza um avanço histórico na implementação de ações para tornar acessível a todos o direito à cultura ao reconhecer a tridimensionalidade da cultura: a dimensão simbólica, ao adotar o conceito antropológico da cultura; a dimensão cidadã, quando se fundamenta no princípio de que os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir enquanto plataforma de sustentação de políticas culturais; e a dimensão econômica, quando compreende que a cultura, progressivamente, vem se transformando num dos segmentos mais dinâmicos das economias de todos os países gerando renda, riqueza e emprego.

Retomando o diálogo entre educação e patrimônio, uma das interfaces desse encontro surge um novo campo de atuação presente nas instituições de ensino formal e não

² (Institucionalização, estruturação e implementação do sistema Nacional de Cultura. p.15, 2011).
<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/livro11-602-para-aprovacao.pdf/d17c52f9-3a60-4196-af5c-a6655f028f3b>.

formal: a Educação voltada para o patrimônio, que nas instituições de ensino está presente nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs, e nas instituições culturais nas ações de Educação Patrimonial. Mas antes de tratar desse novo campo é preciso mergulhar mais fundo na definição desses dois termos: educação e patrimônio.

A **Educação** pode ser definida como um fenômeno observado em qualquer **sociedade** e nos grupos constitutivos destas, responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da transmissão, às gerações que se seguem, dos modos culturais de ser, estar e agir necessários à convivência e ao ajustamento de um membro no seu grupo ou sociedade.

É o objeto de estudo da pedagogia, ou seja, dos processos que envolvem ensino aprendizagem, o é também em outras disciplinas ou ciências das áreas de humana, como a Museologia, a Arqueologia Pública, por exemplo, áreas que essencialmente existem em função da atuação humana, ou seja, da cultura.

Arqueologia Pública é uma área nova de atuação que contribui para a promoção do acesso aos direitos culturais, no caso ao patrimônio arqueológico. Assista ao vídeo e saiba um pouco mais.

<https://www.youtube.com/watch?v=hkRB2sXVIUo>.

O Vídeo foi publicado em 04/11/2012, e trata-se de uma reportagem sobre a passagem do Homem no Distrito Federal há mais de 6 mil anos.

O Vídeo é uma reportagem sobre a gestão de área arqueológica descoberta em obra pública, realizada pelo IPHAN / DF que foi objeto de um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta para garantir a realização das pesquisas e da devolutiva para a sociedade, sob responsabilidade da arqueóloga Maria Lúcia F. Pardi, - efetuada em 04/08/2004 e transmitida pelo Jornal da Record DF Rede Record de TV: Repórter: Ana Cristina Cruz. Imagens: Márcio Adriano. Material divulgado em função das atividades de difusão sobre políticas culturais de arqueologia e patrimônio desenvolvido pelo Instituto Brasília, em atividade sem fins lucrativos - www.arqueologiabrasilis.com.br

Para entender melhor a abrangência que envolve esse termo visite as páginas 38 e 39 do **Livro Conceitos Chave em Museologia**³. O livro nos traz para o debate a partir de uma ótica que não da pedagogia, mas o da museologia, o que é considerado positivo, tendo em vista que a museologia tem o seu campo de atuação abrangente e uma interface que possibilita o diálogo com outras disciplinas e ciências.

Conceitos-chave de museologia



ARMAND COLIN

Os conceitos apresentados neste volume foram elaborados a partir da perspectiva da Museologia, resultando numa contribuição para os profissionais da área, ao realizar uma síntese histórica e conceitual dos termos escolhidos.

<http://f.hypotheses.org/wp-content/blogs.dir/425/files/2014/03/conceitos-chave-museologia.png>

Relacionar educação ao patrimônio, tomando como ponto de partida que a educação abrange os processos de ensino e aprendizagem para além da escola, é reconhecer as relações dialógicas presentes nos momentos de interação humana, conforme no ensina Paulo Freire. Para Paulo Freire, Educar é construir, é libertar o homem do determinismo, passando a reconhecer o papel da História, e a assunção da identidade cultural, tanto na dimensão individual quanto na sua relação com os colegas discentes e docentes, ou seja, sem o respeito ao outro, às diferenças, às experiências vividas antes de chegar à escola não haverá aprendizagem.

³ O Livro Conceitos-chave de Museologia é uma publicação do ICOM – Conselho Internacional de Museus, 2013. In.: http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf



Você poderá aprofundar essa questão lendo o texto da página 41 a 45 e 98 a 104, do livro Pedagogia da Autonomia.

<http://www.ufrb.edu.br/petsocioambientais/downloads/paulo-freire/textos-para-leitura/rodas-de-conversa-2013/2d-roda-de-conversa/177-pedagogia-da-autonomia>

O Vídeo **Biografia**, da Coleção Paulo Freire–ATTA⁴, nos coloca em contato com a concepção *paulofreireana* de educação, que abrange a noção de patrimônio, e nos aproxima da perspectiva do autor nos fazendo perceber que uma atuação diferenciada pode contribuir de forma prática para a mudança de cenário em relação à ampliação do conhecimento e reconhecimento das referências patrimoniais, e ao acesso de todos os seres humanos aos direitos culturais.

Carlos Rodrigues Brandão, em seu livro *O que é Educação*⁵ no diz que “não há uma única forma e nem um único modelo de educação”, que “a escola não é único lugar onde ela acontece, e talvez não seja o melhor”. Na segunda parte, terão destaque os processos educativos nos espaços de educação não formal como as bibliotecas, os museus, e outros espaços destinados a atividades culturais, sociais e de lazer.

Em relação ao termo **patrimônio**, é consenso - na literatura afim, na comunidade acadêmica e pelos órgãos responsáveis pela implementação das políticas - defini-lo como o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, de uma

⁴ <http://letrasunifacsead.blogspot.com.br/p/paulo-freire-concepcoes-de-escola.html>

⁵ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo. Ed.: Brasiliense.2007.

comunidade. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus e escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que organizamos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano e estabelece as identidades que determinam os valores que defendemos. É o patrimônio cultural que carregamos conosco que nos faz ser o que somos. O mesmo livro citado no parágrafo acima, **Livro Conceitos Chave em Museologia**⁶ nas páginas 73 a 77, define o termo patrimônio, corroborando com esta definição apresentada, mas apresenta também toda a problemática que o envolve.

Retomemos então as relações entre Educação e Patrimônio, na sua interface mais conhecida, tanto pelos educadores, como pelos gestores, promotores ou profissionais da cultura: a **educação patrimonial**, sem dúvida um dos possíveis caminhos que pode nos levar a construção de uma consciência da identidade e de cidadania, e a avanços em relação à conquista dos direitos culturais de forma democrática.

A Educação Patrimonial entendida como uma forma de intervenção social caracteriza-se principalmente por ser estratégica, ou seja, é(são) uma(várias) metodologia(s), que busca(m) sensibilizar os indivíduos de uma determinada localidade para o reconhecimento, valorização e preservação do seu patrimônio cultural.

A Educação Patrimonial é uma das áreas de atuação do IPHAN⁷, órgão federal responsável pela implementação e fiscalização das políticas de patrimônio no nosso país. Na publicação **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**, publicado pelo próprio IPHAN em 2014⁸, pode ser conhecida a trajetória histórica da Educação Patrimonial no Brasil, bem como as diretrizes e premissas conceituais que fundamentam a atuação do IPHAN na implementação das ações de Educação Patrimonial realizadas e orientadas pelo órgão.

⁶ O Livro Conceitos-chave de Museologia é uma publicação do ICOM – Conselho Internacional de Museus, 2013. In.: http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf

⁷ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, criado em 1937, recebe nomenclaturas e status diferente durante as décadas de 1940 a 1970, e finalmente em 1994, passa a ser denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como é conhecido até os dias atuais.

⁸ <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4240>

Para melhor compreender os processos que engendraram o surgimento de ações denominadas Educação Patrimonial como parte das políticas públicas no Brasil, na área do Patrimônio é necessário conhecermos algumas experiências⁹:

Projeto Interação: criado pelo Governo Federal, no início da década de 1980, como parte integrante do III Plano Setorial Para a Educação, Cultura e Desporto. Tinha em seu objetivo principal a concepção de que a cultura poderia ser considerada como um vetor de melhoria da qualidade de vida, e tinha como público foco os menos favorecidos da população. Além disso, dentre os seus objetivos estavam redução das desigualdades sociais e regionais, o fomento ao processo de democratização da sociedade e o fortalecimento da identidade cultural. Importante saber que em 1984 o Projeto Interação teve como resultados em todo o país a implantação de 95 projetos¹⁰ em todos os Estados do Brasil.

Projeto por uma Educação Indígena Diferenciada: criado em 1983 no âmbito do Projeto Interação. As ações desse projeto possibilitou a atuação dos grupos organizados da sociedade civil e dos índios nas iniciativas de gestão do trabalho educativo rompendo com a tutela do Estado e das instituições religiosas.

A experiência do Museu Imperial- Petrópolis-RJ: a equipe do Museu Imperial, também nos primeiros anos da década de 1980, desenvolveu e difundiu uma metodologia que ficou conhecida em todo o país, influenciando no surgimento de muitas outras experiências educativas em várias instituições museológicas brasileiras. Essa metodologia fundamentada no contado direto com o público envolvido com as evidências materiais, ou seja, os objetos, buscava levar a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural.

Experiências do Rio Grande do Sul:

- ✓ Museu de Caxias do Sul: a experiência no Museu e Arquivo de Caxias do Sul destaca como referência por ter conseguido integrar a comunidade em

⁹ As informações sobre as experiências referências em educação patrimonial no Brasil, seguem apresentadas e comentadas no Texto **Educação Patrimonial**, de Luiz Bolcato Custódio, In.: BARRETO, Euder Arrais et. al. Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados. Goiânia, 2008. In.: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3835>

¹⁰ BARRETO, Euder Arrais et. al. Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados. Goiânia, 2008. Página 26.

suas ações. Composta majoritariamente por imigrantes italianos e outros grupos étnicos presentes em seu território.

- ✓ Quarta Colônia: localizada no centro do Rio Grande do Sul, a Quarta Colônia de Imigração Italiana foi o quarto centro de colonização italiana no estado, e outro exemplo de educação patrimonial que obteve sucesso, chegando a receber o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. O projeto de educação patrimonial da Quarta Colônia foi criado em 1984 e recebeu o nome de Projeto Identidade. O Projeto teve influência da metodologia do Museu Imperial de Petrópolis, chegou a e envolveu, num período de 04 anos, 09 municípios, 290 professores, 120 escolas, 2985 alunos, além de pais e membros da comunidade.

O texto de CUSTÓDIO, 2008¹¹, cita ainda outras experiências envolvendo centros históricos, sítios arqueológicos e paisagens culturais, que não serão detalhadas neste texto podendo ser visitadas no próprio artigo do autor.

SOARES, no livro **Educação Patrimonial Relatos e Experiências**¹², demonstra como a Educação Patrimonial, numa mediação com as áreas de História, Arqueologia, Museologia, ou seja, multidisciplinar, envolvendo profissionais dessas áreas, alunos e professores do município de São Martinho da Serra, emancipado de Santa Maria/RS, em 1992, pode trazer retorno social para a comunidade, recuperando sua relação com o patrimônio cultural e ambiental, sua autoestima e valorização dos laços de identidade. O autor expõe, de maneira didática, as etapas teórica e prática da experiência realizada entre 1998 e 2001, com professores das redes municipal e estadual e com estudantes da 5ª série. O projeto incluiu palestras à comunidade, exposições itinerantes, uma escavação arqueológica, realizada após um "longo período de preparação da comunidade, por meio da escola" (p. 64), e o exercício com técnicas de restauração de objetos.

¹¹ <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3835>

¹² SOARES, André Luis Ramos (org.). Educação patrimonial: relatos e experiências. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

O que se pretende neste Curso ao associar ações voltadas para educação e para o patrimônio, mais do que a replicação de metodologia que exitosas, é a conjunção de esforços e de conhecimentos para uma mudança de cenário em relação ao acesso de bens culturais. Ao se realizar práticas educativas nas instituições formais e não formais de ensino ou em qualquer encontro onde haja a intencionalidade de reconhecimento e valorização de referências patrimoniais, sejam elas de natureza material ou imaterial, que seja possível observar em médio prazo tais mudanças.

Por último, se destaca um aspecto necessário para que possam ser observadas tais mudanças: é preciso que os dados resultantes das ações já realizadas e das que vierem a se realizar sejam sistematizadas de forma intencional. A avaliação e as medições de resultados ou de não resultados devem se tornar uma rotina em projetos de Educação Patrimonial, desde seu início, devendo estar presente em todas as etapas de realização, e principalmente levar em conta a opinião do público envolvido. Além de poder avaliar a prática de forma sistemática e profissional poderemos contribuir com estudos e produções de caráter técnico-científicas, e contribuir com a formatação de políticas públicas, enriquecendo o cenário brasileiro. Esse é um desafio para o qual estão sendo convidados e que será melhor abordado na terceira parte.

ATIVIDADE: pesquisa bibliográfica
Pesquise sobre a diferença entre ação educativa e Educação Patrimonial, verifique em que tipo de ações os termos são aplicados e construa uma definição para você. Faça as referências aos autores que pesquisar!

PARTE II: O ensino formal e o ensino não formal: possibilidades de atuação nos museus, bibliotecas, arquivos e outras instituições culturais – 12 hs

O objetivo do conteúdo trabalhado nesta parte é debater sobre o potencial pedagógico das instituições culturais como locais de ensino não formal. É inegável o potencial pedagógico de bibliotecas, museus, arquivos, casas de memórias, além do fato que são espaços voltados para formação do cidadão. Se esse potencial tem sido devidamente explorado é uma questão que envolve as oportunidades conferidas pelas políticas culturais locais, bem como a atuação dos usuários: professores/as, gestores culturais e membros das comunidades onde estão localizadas.

Acreditamos que a participação ativa desses diversos espaços de cultura e memória dos seus agentes, no âmbito do público e do privado pode contribuir para o acesso aos direitos culturais de forma ampla e democrática.

Para trabalhar este tópico, propomos uma atividade prática. Propomos que sejam identificadas as instituições de ensino não formal localizadas no território (região, município, distrito)¹³ a que você pertence, se nelas são desenvolvidas ações educativas voltadas para o patrimônio, ou ações de Educação Patrimonial, como são realizadas e quem são os envolvidos.

Para isso, primeiramente você precisará definir a abrangência do seu território e realizar um mapeamento (saber se existe e onde estão localizadas) dessas instituições de ensino não formal. Em seguida, com esse levantamento feito (nome, endereço, contatos telefônicos) fazer contato presencial ou a distância, e utilizando de um roteiro de perguntas, e levantar os dados que necessitará para obter as informações desejadas.

¹³ O cursista pode escolher a abrangência do território/área que quer mapear.

ATIVIDADE: mapeando as instituições culturais (pesquisa de campo)

Para mapear você poderá procurar em sites oficiais ou nas mídias locais (rádios, jornais). Além disso, perguntar às pessoas que residem na região é outra forma de obter esse dado, pois pode ser que exista alguma instituição que desenvolva tais ações e não seja citada pelas mídias ou meios de divulgação oficiais.

Se na primeira parte vimos com Paulo Freire que aprender é uma condição inerente à natureza humana, nesta veremos que o aprendizado pode ser conduzido, por nós sujeitos que buscamos melhores condições de vida e justiça social, de maneira a interferir em processos de ensino aprendizagem realizados em espaços de educação não-formal.

Ressaltamos, no entanto, que todas as reflexões e propostas relacionadas ao ensino não formal, podem ser replicadas no âmbito da escola. Tomamos como foco os espaços de educação não-formal por entender que estes em sua maioria estão voltados para as questões ligadas à preservação da memória e do patrimônio.

Mas antes de nos atirmos ao campo, na realização da pesquisa proposta, vamos entender melhor a diferença entre ensino formal, informal e não formal.

Se a escola é o lugar onde acontece a **educação formal**, mediante a participação do professor com conteúdos sistematizados e regulamentados por leis, ou seja, segue um currículo pré definido, baseado em normas e diretrizes definidas pelo Governo Federal, a **educação não formal** acontece em ações coletivas do cotidiano, em outros espaços de cultura, lazer ou diversão e os conteúdos são definidos a partir dos desejos e necessidades das pessoas envolvidas.

O texto **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**, de Maria da Glória Gohn¹⁴ será utilizado como base para a fundamentação e compreensão das diferenças entre educação formal e educação não formal e informal. Neste texto, a autora define os campos de atuação de cada uma, e

¹⁴ GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.* [online]. 2006, vol.14, n.50, pp. 27-38. ISSN 0104-4036. <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405>

estabelece suas principais diferenças ao perguntar e responder sobre as situações em que acontecem, os atributos, os resultados esperados por cada uma delas. Informações que devem ser absorvidas para que possamos dar continuidade ao debate.

Para GOHN, 2006, a educação não formal deve ser promotora de mecanismos de inclusão social, de forma que contribua para o acesso ao direito de cidadania, o respeito ao próximo, civilidade e tolerância. A autora ao evidenciar aspectos que diferencia a educação formal da educação não formal afirma:

“a educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacidade dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc”.

A autora ao tratar das metodologias utilizadas nos espaços de educação não formal reconhece que é um dos pontos fracos e que merece maior atenção, pois ela afirma que *“as metodologias operadas no processo de aprendizagem parte da cultura dos indivíduos e dos grupos. O método nasce a partir da problematização da vida cotidiana...”*. Essa questão colocada pela autora revela uma interface importante entre a educação não formal e as ações educativas realizadas nos museus, bibliotecas, arquivos, e outros espaços de cultura.

ATIVIDADE:

O texto “Museu como lugar de cidadania”, de Martha Marandino, uma publicação do Programa Salto para o Futuro¹, Ano XIX – Nº 03 – Maio/2009, será utilizado para aprofundar o papel do Museu como instituição não formal de ensino e sua relação próxima com educação, na democratização e acesso das referências patrimoniais. Após a leitura deste texto, e das discussões realizadas pelas leituras anteriores, responda as questões abaixo:

- 1. Que tipo de ação educativa tem sido realizada nesses espaços no seu município/distrito?*
- 2. Quem são as pessoas envolvidas?*
- 3. Essas instituições conseguem medir o impacto dessas ações sobre os participantes, e sobre a sua própria atuação?*
- 4. Se conseguem, de que forma isso é feito?*

PARTE III: Sociedade Civil e Poder Público: parcerias em favor da promoção do acesso aos direitos culturais – 10hs

O conteúdo desta parte tem como objetivo discutir a importância do estabelecimento e consolidação de parcerias entre a sociedade civil, organizada ou não e o poder público. Essa parceria objetiva a realização de práticas que estejam voltadas para a apropriação das referências patrimoniais, gerando o conhecimento e acesso ao patrimônio e à cultura.

Não é o objetivo deste conteúdo se concentrar nas características que enfatizem as oposições entre o que é compreendido por sociedade civil e poder público. O que se deseja é tornar claro o papel de cada um desses entes na construção de políticas públicas de acesso aos direitos culturais. A partir dessa tomada de consciência, é esperada a realização de processos comunicativos, ações educativas ou práticas que se caracterizem pela intervenção. Processos que possibilitem aos usuários das instituições culturais, mais conhecimentos sobre a existência dos direitos culturais e como de fato exercê-los.

O poder público é o conjunto dos órgãos com autoridade para realizar os trabalhos do Estado. É constituído de Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. Cada um na sua esfera com suas respectivas responsabilidades na prestação dos serviços públicos.

A sociedade civil é terreno plural de organismos coletivos, constituída por entidades e movimentos sociais representativos de todos os setores, tais como: associações, sindicatos, partidos, grupos que lidam com cultura, comunicação. Para exemplificar, podem ser citados: associações profissionais; clubes cívicos; clubes sociais e esportivos; cooperativas; corporações; grupos ambientalistas; grupos por gênero, culturais e religiosos; instituições de benemerência; instituições políticas; órgãos de defesa do consumidor.

ATIVIDADE: Leitura

Leia o artigo SOCIEDADE CIVIL EM GRAMSCI: Venturas e Desventuras de um Conceito, Sonia Regina de Mendonça

Vá para o seguinte endereço:

www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/001.pdf

ATIVIDADE: Assistindo a um vídeo. O vídeo é intitulado “Poder de Negociação da Sociedade Civil Organizada - A Luta pela Moradia”. Este vídeo apresenta um dos maiores problemas sociais do Brasil. Nele é possível verificar a importância da sociedade civil organizada ao pressionar o poder público para investir em moradia digna. O Vídeo é uma produção dos acadêmicos de Direito do CEULP/ULBRA Palmas-TO.

<https://www.youtube.com/watch?v=V4ypXAR9v1c>

Tanto as considerações do artigo de Sônia Regina Mendonça, como os aspectos da luta pela moradia demonstrados no vídeo evidenciam a importância de uma sociedade civil atuante no exercício do controle social e para a manutenção da garantia dos direitos culturais, ou de qualquer setor das políticas públicas.

A definição sobre sociedade civil abrange ainda o debate sobre movimentos sociais, objeto de estudo da sociologia e da antropologia que contribui para o aprofundamento do tema. O debate que abrange o conceito de movimentos sociais trata das diferentes formas de atuação da sociedade civil para a garantia dos direitos fundamentais. Os aspectos que realmente importam nesta disciplina, ao dar esse mergulho, é perceber que os movimentos sociais materializam a força da sociedade civil. Isso se dá quando os movimentos sociais em suas diferentes formas dão voz à coletividade que movida pelo desejo de mudança milita por diversas causas.

A matéria abaixo, escrita por Paulo Silvino Ribeiro, colaborador Brasil Escola, publicada em <http://www.brasilecola.com/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>, explicita bem essa dimensão dos movimentos sociais.

“Em linhas gerais, o conceito de movimento social se refere à ação coletiva de um grupo organizado que objetiva alcançar mudanças sociais por meio do embate político, conforme seus valores e ideologias dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específicos, permeados por tensões sociais. Podem objetivar a mudança, a transição ou mesmo a revolução de uma realidade hostil a certo grupo ou classe social. Seja a luta por algum ideal, seja pelo questionamento de uma determinada realidade que se caracterize como algo impeditivo da realização dos anseios deste movimento, este último constrói uma

identidade para a luta e defesa de seus interesses. Torna-se porta-voz de um grupo de pessoas que se encontra numa mesma situação, seja social, econômica, política, religiosa, entre outras.....”

(...)A existência de um movimento social requer uma organização muito bem desenvolvida, o que demanda a mobilização de recursos e pessoas muito engajadas. Os movimentos sociais não se limitam a manifestações públicas esporádicas, mas trata-se de organizações que sistematicamente atuam para alcançar seus objetivos políticos, o que significa haver uma luta constante e em longo prazo dependendo da natureza da causa. Em outras palavras, os movimentos sociais possuem uma ação organizada de caráter permanente por uma determinada bandeira”

Para aprofundar mais sobre os movimentos sociais leia o texto que está neste endereço: [HTTP://www.google.com.br/#q=conceito+de+sociedade+civil+para+torraine](http://www.google.com.br/#q=conceito+de+sociedade+civil+para+torraine)

Retomando ao início do diálogo, que tratava da importância da consolidação de parcerias entre o poder público e a sociedade civil, uma das metas do Ministério da Cultura é promover a participação da sociedade na construção de políticas de cultura, por meio da implementação do Sistema Nacional de Cultura-SNC.

O SNC propõe em sua estrutura compartilhar com a sociedade civil as responsabilidades na elaboração dessas políticas. Assim, cabe à sociedade civil por meio da participação em conferências municipais, estaduais e nacionais de cultura, o importante papel de propor as diretrizes e apontar caminhos a serem executados pelos órgãos gestores da cultura nas esferas municipal, estadual e federal.

Para saber mais sobre o SNC consulte o blog no seguinte endereço <http://www.cultura.gov.br/snc>

As parcerias entre o poder público e a sociedade civil podem ser promissoras e trazer inúmeras vantagens, para além das financeiras. Essa relação entre o Poder Público e a Sociedade Civil chegou a ser objeto de lei, que foi promulgada em 2004. A Lei n. 11.079/2004, cria e regula as relações financeiras entre a sociedade civil e o poder

público e são um instrumento poderoso para ser utilizado no financiamento e sustentabilidade de diversas ações e projetos que podem ser desenvolvidos nos museus, arquivos e bibliotecas, ou qualquer outra área.

ATIVIDADE: Pesquisa de Campo

Consulte a Secretaria de Cultura do seu Município ou órgão responsável pela gestão da cultura, e verifique se foi realizada a adesão ao SNC ou se existe Plano Municipal de Cultura. Se sim, você conhece o seu conteúdo? Sabe como esse plano foi elaborado? Ele contou com a participação dos grupos representativos da cultura no seu município? Quais são os instrumentos de financiamento e fomento previstos?

O PLANO DE CULTURA é um instrumento de gestão das políticas e ações voltadas para a cultura local. Ele é muito importante, pois além de prever metas com antecedência de 10 anos, ele define prioridades para a aplicação dos recursos financeiros.

Parcerias entre sociedade civil e poder público nada mais é do que o compartilhamento de responsabilidades, o que só acontece mediante a participação popular. Em vários momentos de elaboração de políticas públicas, tanto na definição de diretrizes, quanto no planejamento, execução, e gestão, seja em qualquer área (cultura, saúde, educação, moradia, segurança pública, etc) a participação popular é um dever e uma forma de exercício da cidadania.

A participação popular é uma forma de exercer o controle sobre o Poder Público. A participação popular na tomada de decisões políticas é uma ferramenta poderosa que pode mudar a feição de uma sociedade, é exercendo essa participação que vivenciamos a democracia participativa e por consequência a cidadania. E promover acesso aos direitos culturais nada mais é do que o exercício da cidadania. Para participar é preciso conhecer, estar informado(a), atualizado(a), e isso requer iniciativa e a consciência desse poder.

Após todas essas considerações fica a disposição para estudo e reflexão um texto de autoria de Anne Marie Wautier (2003), que nos apresenta o sociólogo Frances François Dubet. Este autor defende que os indivíduos são hoje forçados a construir sua própria

ação, motivados pelos recursos, pelas condições sociais e culturais que lhes são impostas.

ATIVIDADE: leitura

Conheça um pouco mais sobre François Dubet:

1) lendo a entrevista concedida com exclusividade à IHU On-Line, por e-mail, no seguinte endereço:

http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=11248&cod_canal=42

Dubet questiona o modelo das instituições tradicionais, afirmando que as mesmas não mais são capazes de incorporar as novas demandas da sociedade. Ele nos apresenta uma Sociologia que está em busca de outras formas para a compreensão desta nova configuração social que se apresenta nestes tempos. Para Dubet a sociedade atual é composta por uma multiplicidade de paradigmas, caracterizada pela diversidade cultural, pela multiplicidade de formas de conflito e de ação social, pela separação entre o ator e o sistema, pelo surgimento de diversas lógicas de ação.

O artigo de WATIER, Anne Marie. Para uma sociologia da experiência: uma leitura contemporânea de François Dubet. Sociologia. Porto Alegre, Ano 5, n.9, 2003. P. 174 – 214. Pode ser localizado no seguinte endereço: In: www.scielo.br/pdf/soc/n9/n9a07

Chegamos ao final da disciplina e esperamos que as leituras e os debates realizados tenham contribuído para sua formação teórica, bem como para o seu empoderamento como protagonista de sua prática. O que acreditamos subsidiará a sua atuação e sua prática nos ambientes formais, informais e não formais de ensino.

Para finalizarmos, sem perder o ritmo, retorne às respostas geradas pela sua pesquisa realizada na Parte II e reflita sobre as conclusões a que chegou. Essas instituições estão realmente utilizando todo o seu potencial educativo e transformador? As pessoas que

estão à frente da organização e execução das práticas e/ou projetos têm consciência do alcance de suas ações? Lembre-se que os promotores dessas ações tanto podem estar representando o poder público, quanto podem ser representantes da sociedade civil, e assim sendo, tente verificar se agiram conscientes do seu papel? Se não, quais foram os impedimentos, na sua opinião?

ATIVIDADE: refletindo e redigindo

Elabore um texto sobre suas reflexões e tente publicar em algum veículo de comunicação de seu município.

Esse material certamente será utilizado por você no trabalho de conclusão de curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DESVALLÉES et.al. **Conceitos-chave de Museologia**. Conselho Internacional de Museus. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. São Paulo, 2013

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 1996. São Paulo : Paz e Terra, 1996. Disponível em:
http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Pedagogia_da_Autonomia.pdf.

Educação Patrimonial : histórico, conceitos e processos. Brasília, DF : Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4240>

BARRETO, Euder Arrais et. al. **Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados**. Goiânia, 2008.

SOARES, André Luis Ramos (org.). **Educação patrimonial: relatos e experiências**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>

MARANDINO, Martha Marandino. **Museu como lugar de cidadania** In.: Museu e escola: educação formal e não-formal. Ano XIX – Nº 3 – Maio/2009. P. 29 a 34. Disponível em:

Institucionalização, estruturação e implementação do sistema Nacional de Cultura. Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Política Cultural. Secretaria de Articulação Institucional/ SAI, 2011. p.15. Disponível em:
<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/livro11-602-para-aprovacao.pdf/d17c52f9-3a60-4196-af5c-a6655f028f3b>.

WATIER, Anne Marie. **Para uma sociologia da experiência: uma leitura contemporânea de François Dubet**. Sociologia. Porto Alegre, Ano 5, n.9, 2003. P. 174.– 214. Disponível em: www.scielo.br/pdf/soc/n9/n9a07.

Poder Público no Brasil. Disponível em:
http://www.sppert.com.br/Artigos/Brasil/Poder_P%C3%BAblico/Poder_P%C3%BAblico_no_Brasil/

MENDONÇA, Sonia Regina de. Sociedade civil em Gramsci: Venturas e Desventuras de um Conceito. Disponível em: www.historia.uff.br/estadoepoder/7snepe/docs/001.pdf.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DUBET, François. O que é uma Escola justa? Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. São Paulo. Ed.: Brasiliense, 2007

Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. Ed, 2006.

LEITÃO, Rosani Moreira e VIEIRA, Marisa Damas. Diálogos Interculturais e Extensão Universitária: uma experiência de parceria entre o Museu Antropológico da UFG e Professores Terena da Aldeia Cachoeirinha. Trabalho apresentado no 4º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária – CBEU, Dourados, MS, abril de 2008.